

# CULTURA POLÍTICA, DIMENSÕES DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA<sup>1</sup>

*Celene Tonella<sup>2</sup>*

## RESUMO

A proposta deste artigo é fazer uma reflexão sobre elementos do exercício da cidadania, da cultura política e dos valores subjetivos que influenciam fenômenos políticos. A relação entre valores culturais e a dinâmica política ainda se constitui em tema controverso entre os cientistas políticos, no entanto, cada vez mais, percebem-se vínculos entre as variáveis. A importância das atitudes do conjunto de cidadãos é enfatizada por autores como Putnam (2000) e Moisés (2010). A análise ocorre a partir de dados coletados por um survey (2010), realizado com a população de três cidades que compõem a chamada mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá: Sarandi, Paiçandu e Maringá. Foram apresentados temas clássicos em pesquisas sobre cultura política e temas controversos como a descriminalização da maconha, a legalização do aborto, entre outros.

**Palavras-chave:** Cidadania. Participação política. Valores democráticos.

## POLITICAL CULTURE, THE DIMENSIONS OF EXERCISING CITIZENSHIP AND THE PARTICIPATION IN PUBLIC LIFE

### ABSTRACT

The aim of this paper is to think about the elements of exercising citizenship, of political culture and of subjective values that influence political phenomena. The relationship

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no âmbito da Rede Observatório das Metrôpoles, coordenada pelo professor Luis César Queirós Ribeiro (UFRJ/IPPUR) e financiada pela Fundação Araucária.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, Brasil. ctonella@uol.com.br

between cultural values and political dynamics still constitutes a controversial issue among political scientists, yet, increasing links between the variables can be perceived. Authors such as Putnam (2000) and Moses (2010) emphasize the importance of the attitudes of the citizenry. The analysis is based on data collected by a survey (2010) conducted with the population of three cities that constitute the so-called urban sprawl of the Metropolitan Region of Maringá: Sarandi, Paiçandu and Maringá. Classical themes were presented in researches on political culture, as well as controversial issues such as the decriminalization of marijuana, the legalization of abortion, among others.

**Keywords:** Citizenship. Politic participation. Democratic values.

## INTRODUÇÃO

A temática da adesão da população aos valores democráticos chama à discussão duas variáveis explicativas normalmente apresentadas como contrapostas. A primeira, ancorada no institucionalismo, considera que basta um desempenho eficiente das instituições públicas para uma relação dos cidadãos com o regime democrático, consituindo uma visão minimalista da democracia, portanto. A outra se relaciona com a abordagem da cultura política, baseada em atitudes e valores cívicos como elementos integrantes do funcionamento da democracia. Como exemplo da primeira análise, tem-se o artigo de Marengo dos Santos, no qual ele refuta a proposição de que o bom funcionamento das democracias está condicionado a um determinado conjunto de valores e crenças culturais. Para tanto, o autor procede a um exame das variações de indicadores relativos à presença de valores cívicos em poliarquias institucionalizadas, poliarquias recentes e não-poliarquias, constatando, em todas elas, uma relação modesta entre desempenho democrático e valores cívicos (SANTOS, 2004). O autor conclui que, mesmo em países com tradição autoritária como, por exemplo, a Alemanha, a ausência de valores cívicos não comprometeu, na contemporaneidade, a estabilidade das instituições poliárquicas daquele país.

Putnam, adepto da abordagem culturalista e um dos principais autores a trabalhar o conceito de capital social, coletou em suas obras evidências que apontam a correlação entre engajamento cívico e a *performance* das instituições governamentais (PUTNAM, 1995, 2000). A eficiência das instituições será potencializada diante da existência de uma sólida rede de associações civis e de comportamentos baseados em regras de cooperação e de confiança.

A posição apresentada por Moisés de que “tanto a tradição da cultura política como aquela que valoriza o desenho e o desempenho das instituições públicas influem na relação dos cidadãos com o regime democrático” (MOISÉS, 2010, p. 78), explica com mais propriedade a complexidade do caminhar democrático brasileiro. O que se evidencia é que não basta o desempenho formal das instituições, mas como este funcionamento é captado pela sociedade. Em geral, permanece um sentimento de frustração em relação ao desenho institucional resultante e diante do não atendimento dos interesses dos cidadãos. O autor, com base em análise de experiências internacionais, defende que:

[...] para que o sistema democrático funcione a contento, o sistema político e suas instituições fundamentais devem ser adotados de forma incondicional, não apenas pelas elites políticas, mas pela maioria dos cidadãos como parte integrante de seu pertencimento à comunidade política (MOISÉS, 2010, p. 85).

As atitudes, crenças e valores políticos, como interesse em política, confiança interpessoal e institucional, tolerância e respeito à lei, afetam o envolvimento das pessoas com a vida pública, assim como o desenho das instituições. Estas são atitudes de massa, persistentes no tempo, crescentemente consideradas pelos analistas e profissionais da política. A difícil integração de milhões de pessoas é o desafio principal que se apresenta à construção da democracia no Brasil.

A discussão central, no momento, está limitada aos aspectos da democracia representativa, tão largamente propalada como em crise: por não ser um processo com mandato imperativo, o eleito passa a representar os interesses gerais e não o interesse de setores. Uma análise original destas questões é apresentada por Urbinati (2006). A autora argumenta que, apesar da estrutura eleitoral da representação não ter se alterado muito ao longo de dois séculos, ocorreu uma mudança de fundo no funcionamento e significado das instituições representativas. A partir do momento em que as eleições se tornaram elemento indispensável de legitimidade política: “Estado e sociedade não puderam mais ser desligados e o traçado das fronteiras separando – e conectando – suas esferas de ação tornou-se uma questão persistente de ajuste e negociação” (URBINATI, 2006, p. 196). No lugar de entender a participação dos eleitores meramente como um momento de autorização ao representante para realizar ações (aos moldes da teoria institucional), o entendimento é que a representação carrega a percepção de como deve ser a relação entre Estado e Sociedade. Esta perspectiva analítica ilumina o vínculo entre valores e atitudes dos cidadãos diante da democracia e dos condicionantes da vida urbana, de caráter metropolitano.

## A DIMENSÃO METROPOLITANA

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi criada pela Lei Estadual no. 83/98 e constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguaçu. Por meio de Leis Complementares foram incorporados os municípios de Floresta, Astorga, Itambé, Dr. Camargo e Ivatuba<sup>3</sup>. Os municípios foram se somando por critérios eminentemente políticos, sem que fossem levadas em conta as condições mínimas que garantem a metropolização dos espaços, notadamente, a conurbação. A realidade mostra a existência de grande integração entre os municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu. No entanto, a utilização de critérios de incorporação políticos não é prerrogativa da política local, antes, aparece como uma constante no histórico das regiões metropolitanas brasileiras. Apesar da baixa integração, a Região Metropolitana de Maringá passa a ser um referencial importante e definidor de políticas públicas, já que os problemas emergem para além dos limites municipais, são exemplos: o fluxo pendular provocado pelo mercado de trabalho em direção a Maringá; o lixo urbano, que se traduz em atrativos para a população do entorno, questões ambientais ligadas aos lençóis freáticos etc.

A população total é de 475.900 pessoas, sendo Maringá com 357.117, Sarandi com 82.842 e Paçandu com 35.941, segundo o censo de 2010. Em média, mais de 90% da população é urbana. Segundo dados do IBGE, no ano de 2006, o PIB *per capita* de Maringá era de R\$ 16.263,00; de Paçandu R\$ 5.640,00 e de Sarandi R\$ 4.342,00, um dos dez menores do Estado do Paraná. Os números indicam uma dinâmica profundamente desigual para lugares tão próximos geograficamente e o resultante mais palpável é o constante deslocamento das camadas populares, em movimento pendular, de Sarandi e Paçandu, municípios que passaram a fazer às vezes de periferia de Maringá.

## O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistadas na mancha urbana de Região Metropolitana de Maringá (Maringá, Sarandi e Paçandu) 297 pessoas por meio de entrevista domiciliar<sup>4</sup>. A amostragem realizada é do tipo estratificada simples, ou seja, a

<sup>3</sup> A RMM, no final de fevereiro de 2010, após sanção da Lei no. 127/2010 pelo então governador Roberto Requião, passou a ser composta por 25 municípios, totalizando quase 700.000 pessoas.

<sup>4</sup> Foi aplicado apenas um questionário, por residência sorteada, sendo solicitado que fornecesse as informações o responsável pela residência presente no momento da entrevista, desde que

população das cidades é dividida em estratos homogêneos residentes nas Áreas de Expansão Demográfica (AED's) classificadas pelo IBGE. Dentro de cada estrato, a amostragem é do tipo aleatória simples, proporcional ao tamanho de cada AED.

O perfil dos entrevistados ficou como segue: 176 mulheres (59,3%) e 121 homens (40,4%). As respostas foram fornecidas por pessoas de 25 anos ou acima, exceto 5% entre 18 e 25 anos. Importante informar que 43,4% das respostas estão concentradas na faixa de 50 anos ou mais. Quanto à escolaridade, 12,8% apresentaram menos de quatro anos de estudos; 33,4% entre quatro e oito anos e 37,7% mais de oito anos. A Renda Familiar declarada ficou assim distribuída: sem renda 4,7%; entre um a três salários mínimo (s. m.), 41,1%; entre mais de três até cinco s. m., 26,3%; entre mais de cinco até 10, 15,5%; mais de 10 até 15 s. m., 5,7%; e mais de 15 s. m., 3,4%.

O item religiosidade não trouxe surpresas, a maioria se declarou católica, com a seguinte distribuição: católicos praticantes (42,4%) e não praticantes (23,9%), evangélicos pentecostais (16,5%) e não pentecostais (8,4%). Em um balanço geral, pode-se dizer que a pesquisa atingiu pessoas com baixa e média escolaridade, maduras, religiosas e que se declararam com renda até 10 salários.

## INTERESSE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A integração de milhões de pessoas ao processo democrático é ação de longa duração e o resultante dos comportamentos de massa traz embutido tanto a concepção de mundo – crenças políticas, sociais e religiosas – quanto transformações que ocorrem em curto espaço de tempo, a partir de mudanças econômicas no sentido de melhoria da qualidade de vida. Pressupondo-se que a melhoria dos ganhos de determinado segmento permite acesso a múltiplos estímulos, como ampliação do grupo social, fontes diversas de informação, viagens etc., ocorrerá a assimilação de novos valores e preocupações que estarão além daqueles vinculados à sobrevivência imediata e que vários autores vêm tratando como a emergência de uma nova cultura política.

As três indagações abaixo buscaram mensurar o envolvimento das pessoas com a política. Na Tabela 1, há uma dispersão entre o interesse considerado normal ao interesse nenhum, concentrado em 25% das respostas.

---

tivesse mais que dezesseis anos de idade, eleitor. O questionário é constituído de questões fechadas, aplicadas por entrevistadores previamente treinados. Foi estabelecida uma margem de erro de 5%, com nível de confiabilidade de 95%.

**Tabela 1 - Interesse em Política**

<b>Interesse em Política</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Muito Interessado	30	10,1
Interesse normal	95	31,9
De alguma forma interessado	39	13,1
Não muito interessado	57	19,2
Interesse nenhum	75	25,2
Não respondeu	1	0,3
<b>Total geral</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

A seguir foram apresentadas duas afirmações para o entrevistado opinar: “eu não tenho nada a dizer sobre o que o governo faz” e “eu acho que o governo não liga muito para o que pessoas como eu pensam”.

**Tabela 2 - Posição frente à afirmação “eu não tenho nada a dizer sobre o que o governo faz”**

<b>Concordância</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Concorda totalmente	56	18,8
Concorda em parte	48	16,2
Nem concorda nem discorda	10	3,4
Discorda em parte	41	13,8
Discorda totalmente	137	46,1
Não respondeu	5	1,7
<b>Total geral</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

**Tabela 3 - Posição frente à afirmação “eu acho que o governo não liga muito para o que pessoas como eu pensam”.**

<b>Concordância</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Concorda totalmente	138	46,5
Concorda em parte	75	25,2
Nem concorda nem discorda	11	3,7
Discorda em parte	34	11,4
Discorda totalmente	35	11,8
Não respondeu	4	1,3
<b>Total geral</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

A primeira frequência indica que a maioria discorda em parte ou totalmente, totalizando 60% das respostas. As pessoas consideram que têm algo a dizer sobre as decisões políticas, mas que suas opiniões, em geral, não são levadas em conta no momento da tomada de decisões. Apenas 23% discorda totalmente ou em parte. Tal postura contribui para a baixa mobilização frente a questões de interesse coletivo.

Elementos constituintes da tradição política brasileira reforçam o *gap* entre governados e governantes. Não há um entendimento de que o representante deva prestar contas ao representado e o resultado é a frustração diante das atitudes dos representantes, seja ele do executivo ou legislativo.

**Tabela 4 – Identificação ou simpatia por partido político.**

<b>Partido Político</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
PDT	7	2,6
PFL(Dem)	3	1,1
PL	1	0,3
PMDB	30	10,1
PP	7	2,4
PPS	4	1,5
PSB	3	1,0
PSDB	20	6,7
PSOL	4	1,3
PT	77	25,9
PTB	4	1,3
PV	7	2,4
Nenhum	125	42,1
Outro	4	1,3
Não respondeu	1	0,3
<b>Total geral</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

Os partidos políticos com maior visibilidade foram apresentados aos entrevistados, solicitando que indicassem qual despertava maior identidade e/ou simpatia. A tabela acima demonstra que 42% indicaram nenhum partido; 25,9% indicaram o Partido dos Trabalhadores; 10,1%, o PMDB; 6,7%, o PSDB; e os demais, abaixo de 2%. A constatação vai ao encontro das análises que indicam a baixa

identificação dos brasileiros com os partidos políticos, justificados pelas diversas mudanças sofridas ao longo da história política do país. A maior identificação com o PT está vinculada à sua origem de partido de massa, baseada fortemente em sua militância ativa.

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que indicassem em qual posição se situam suas opções políticas no espectro ideológico, para o qual foi apresentado um quadro com cinco posições, sendo a posição 1 de esquerda e a 5 de direita. O resultado está expresso na tabela abaixo.

**Tabela 5 - Posição diante do espectro ideológico**

<b>Posição Política</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
01- esquerda	28	9,4
02	43	14,5
03	96	32,3
04	27	9,1
05 - direita	24	8,1
N/R	79	26,6
<b>Total geral</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

Verifica-se nitidamente a tendência de posicionamento centro-esquerda; se somadas as posições de um a três o resultado é 56,1%. Apenas uma minoria assume opção à direita do espectro, mas a soma dos níveis quatro e cinco com aqueles que não responderam resulta em 43,8%. Um número expressivo que reúne opções conservadoras e pessoas totalmente despolitizadas.

As forças políticas com alguma representatividade têm um linguajar de esquerda e práticas conservadoras. Desde 1994, tem-se uma disputa nacional polarizada entre PT e PSDB, partidos que são considerados posicionados no centro-esquerdo do espectro ideológico. Ao particularizar a análise, comparando as respostas com o resultado saído das urnas não se estabelece uma vinculação imediata com as opções partidárias. Filtrando apenas para o resultado final de 2º turno da eleição presidencial de 2010, tem-se: Paçandu: Serra 41,3% e Dilma 58,7%; Sarandi: Serra 41,3 % e Dilma 58,7%; Maringá: Serra 61.6% e Dilma 38,4%. As médias seriam: 48,1% para Serra e 51,9% para Dilma<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> As médias descaracterizam a tendência mais conservadora do eleitorado de Maringá, onde Serra venceu com 61,3% dos votos, mantendo uma série histórica: na eleição presidencial de 1989, no

**Tabela 6 – Mobilização Política tradicional**

<b>Ações (%)</b>	<b>Fez no último ano</b>	<b>Fez nos anos anteriores</b>	<b>Nunca fez, mas poderia fazer</b>	<b>Nunca o faria</b>	<b>N/R</b>
Assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado	16,2	32,7	38,7	11,8	0,7
Participar em manifestação	4,4	19,9	32,3	43,1	0,3
Contatar, ou tentar contatar, um político ou um funcionário do governo para expressar seu ponto de vista	8,4	13,8	43,8	33,7	0,3
Dar dinheiro ou tentar recolher fundos para uma causa pública	11,1	17,5	36,4	34,0	1,0
Participar em comício ou reunião política	7,1	47,1	15,5	30,3	0,0
Participar de greve	1,3	15,8	26,3	56,2	0,3

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrôpoles 2010.

Ações que envolvem algum nível de comprometimento político dos entrevistados foram apresentadas, conforme a Tabela 6. Atitudes como assinar um abaixo-assinado e participar de manifestação exigem um baixo envolvimento; outras, como participar em greves ou recolher dinheiro para causa pública, exigem maior empenho e comprometimento do indivíduo. Entretanto, para o primeiro caso, tem-se como resultado 37,7% de pessoas que nunca fizeram a atividade, mas poderiam fazer, e 11,8% que nunca fariam. Quando as opções são dirigidas para itens de alto envolvimento pessoal, as respostas apontam baixíssimo envolvimento. Contatar ou tentar contatar político ou funcionário público para expressar sua opinião, recebeu 33,7% de respostas de que “nunca o faria”; participar de comício ou reunião política recebeu 34,0% das respostas e participar em greves 56,2%. As respostas do item “nunca fez, mas poderia fazer” indicam a validação do tipo de atividade e não uma recusa ao formato.

---

primeiro turno, Collor (PRN), Maluf (PDS) e Afif Domingos (PL) fizeram um total de 63% dos votos que foram quase integralmente transferidos para Collor no segundo turno (59,9%). Tal tendência foi transferida para os candidatos do PSDB nas eleições seguintes, quando, em 1994 e 1998, Fernando H. Cardoso abocanhou 60,3% e 64% dos votos respectivamente. Em 2006, Alckimim obteve 60,8% dos votos (Os dados foram sistematizados e gentilmente cedidos por Reginaldo Dias).

**Tabela 7 – Novas formas de Mobilização Política**

Ações (%)	Fez no último ano	Fez nos anos anteriores	Nunca fez, mas poderia fazer	Nunca o faria	N/R
Boicotar ou comprar determinados produtos, por razões políticas, éticas ou ambientais	16,8	10,8	33,3	39,1	0
Contatar ou aparecer na mídia para exprimir as suas opiniões	3,7	5,7	32,7	56,6	1,3
Participar de um fórum ou grupo de discussão através da internet	5,7	2,0	31,6	59,9	0,7

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrôpoles 2010

As questões acima permitem realizar algumas aferições a respeito de comportamentos que identificam traços de valores pós-materialistas e obter pistas de um movimento constitutivo de matizes do que vem sendo chamada de “Nova Cultura Política”. Os autores que tratam do tema – Clark (1998), Cabral e Silva (2006) e Azevedo, Santos Junior e Ribeiro (2009) - identificam essa tendência de exercício da cidadania de forma mais individualizada. Ou seja, a manifestação ocorre por meio do comportamento do indivíduo e não necessariamente em uma participação coletiva, via movimentos sociais ou organizações. Estaria em curso a institucionalização do individualismo exacerbado em detrimento da comunidade. A reflexão que deu origem a essa nova abordagem é a de que, a partir de altos índices de crescimento econômico verificados por nações a partir da segunda metade do século XX, as pessoas deixaram de se preocupar com a sua sobrevivência imediata, já que estavam, de alguma forma, garantidas por políticas de bem-estar social, e puderam se dedicar a assuntos vinculados a valores (INGLEHART, 1988).

No caso de nações que têm experimentado mais recentemente maior fôlego de desenvolvimento social e econômico e de práticas democráticas mais recentes, emergem situações híbridas, pois, de um lado, há ampla possibilidade de participação democrática, mas, de outro lado, há a persistência de consideráveis desigualdades de acesso a bens materiais, culturais e políticos. Explicar a visão de mundo de sujeitos diretamente envolvidos com práticas coletivas, por meio da aferição da cultura política, pode vir a ser uma contribuição importante para se entender as condições necessárias para a potencialização das transformações em curso.

Os indivíduos que habitam grandes metrópoles e centros urbanos mais desenvolvidos tenderiam a buscar uma melhor qualidade de vida para si e para sua família, mas não estariam dispostos a estender os esforços de forma a lutar por direitos coletivos e cidadania. As características centrais do novo comportamento seriam justamente o crescimento da preocupação com temas sociais e com uma participação cidadã, somadas a um menor envolvimento com entidades e práticas coletivas.

Os dados contidos na Tabela 7 apontam concentração na opção “nunca o faria” para as atividades como: contato com a mídia e participar em fóruns pela internet, mas há uma concentração importante: em torno de 30% de pessoas informaram que “nunca fez, mas poderia fazer” para todos os itens, o que parece indicar a receptividade nos novos formatos à disposição.

**Tabela 8 – Níveis de associativismo**

<b>Participação (%)</b>	<b>Partido político</b>	<b>Sindicato</b>	<b>Grêmios ou associação profissional</b>	<b>Igreja ou outra organização religiosa</b>	<b>Grupo desportivo, cultural ou recreativo</b>
1. Participa ativamente	2,4	3,4	3,03	46,1	8,1
2. Pertence, mas não participa ativamente	3,7	14,1	6,4	14,5	3,7
3. Já pertenceu	13,1	20,9	14,1	28,3	20,5
4. Nunca pertenceu	79,8	59,6	75,1	10,4	66,3
<b>Total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

Os temas de participação e da organização da sociedade civil têm sido recorrentes nos estudos de cultura política, e o ponto de partida comum é o baixo associativismo da sociedade brasileira em comparação a países de democracia mais perenes.

A maior adesão dos cidadãos às práticas associativas esbarra em condicionantes estruturais que emperram o acesso aos direitos sociais. Ainda que se considere que a democracia política esteja instalada em seus formatos

institucionais de forma satisfatória, a exclusão econômica, no Brasil, apesar das melhoras presentes nos últimos levantamentos, atinge patamares de intensa gravidade que permitem apontar obstáculos severos à participação de parcelas significativas da população na vida política. Resende e Tafner (2005) trabalham com a idéia do “custo da participação”. A Constituição Federal garante a todos os indivíduos e grupos sociais o direito de organização e reivindicação, mas, na prática, organizar, freqüentar reuniões, reivindicar e encaminhar demandas representa um volume não desprezível de energias e tempo e, muitas vezes, tempo roubado do trabalho e da convivência com familiares. Entretanto, se existem condicionantes que limitam os processos participativos, temos também forças que atuam a favor da participação. Como destacam vários autores, entre eles Held (1997) e Pateman (1992), a participação é um processo de aprendizado. É como se houvesse um círculo *virtuoso*: quanto mais o indivíduo participa, mais se sente compelido a participar. É nesse sentido que apontam pesquisas, como as realizadas por Krischke (2004) sobre o “aprendizado da democracia”, e Fedozzi (1997) sobre os processos de “desenvolvimento moral” dos indivíduos. Os indivíduos inseridos em instâncias participativas tendem a ampliar sua prática envolvendo-se em atividades correlatas.

A informação contida na Tabela 8, da baixíssima participação em partidos, quando 79,8% afirmam que nunca pertenceram a partidos, é coerente com a tabela 4, de simpatia a partidos, na qual apenas os mais conhecidos receberam alguma indicação de identificação. Quanto a sindicatos, 3,4% informaram que participam ativamente, e 14,1% que são vinculados, mas não participam ativamente. Aqueles que informaram algum vínculo declararam aos entrevistadores seus sindicatos, com mais expressão para o dos funcionários dos Correios, que estavam passando por uma greve naquele momento; da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e de professores da rede pública, ou seja, vinculados ao serviço público ou autarquias. Os números da opção “nunca pertenceu”, para sindicatos (59,6%) e grêmios e associações profissionais (75,1%), expressam o baixo associativismo.

## CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

É fato que o Brasil e a maioria dos países da América Latina sofreram lapsos duradouros em sua trajetória democrática, e seus cidadãos viveram longos períodos sob regime ditatorial. Tal experiência faz com que aflorem percepções diferenciadas diante da expectativa do funcionamento da democracia e quanto

ao funcionamento das instituições. As últimas décadas apresentam um saldo importante no processo de construção da democracia, pois apesar das deficiências, os países latino americanos não optaram por novos arranjos autoritários e, um dado importante, as populações, no momento de identificar responsáveis pelo mau desempenho global, diferenciam cada vez mais o papel a ser desempenhado pelas instituições responsáveis pelo amadurecimento do regime. No caso brasileiro, as pesquisas mais recentes, baseadas na coleta realizada pelo Latinobarômetro<sup>6</sup>, permanece a *ambivalência* na percepção dos brasileiros.

Na pesquisa em tela, perguntou-se aos entrevistados se consideravam a democracia um regime bom ou se era indiferente o regime ser democrático ou não, 71,7% consideraram a democracia um bom regime. Entretanto, quando solicitado que comparassem períodos, as respostas se diversificaram, conforme uma escala apresentada, em que 1 corresponde a “muito ruim” e 5 a “muito bom”.

**Tabela 9 – Percepção sobre a qualidade da democracia**

<b>Período</b>	<b>1 muito ruim</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5 muito bom</b>	<b>N/R</b>
<b>Hoje</b>	13,2	14,8	49,5	12,5	8,7	1,3
<b>Há 10 anos</b>	19,2	23,6	27,9	20,5	5,4	3,4
<b>Daqui a 10 anos</b>	17,2	13,8	20,9	21,9	23,6	2,7

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrôpoles 2010

O mais evidente é que a avaliação para o funcionamento da democracia hoje indica uma posição de ambivalência, com 49,5% das respostas no nível 3, correspondente a nem bom, nem ruim. As respostas indicam também uma leve tendência positiva na transformação das práticas democráticas, pois, somando os itens um e dois (muito ruim e ruim) para 10 anos atrás se tem 42,8% das respostas

<sup>6</sup> Em pesquisa financiada pelo PNUD e intitulada “A Democracia na América Latina” com 18 países da América Latina, na indagação global acerca do valor da democracia, para 56, 3% dos entrevistados, o desenvolvimento econômico é mais importante que a democracia e 54,7% disseram que apoiariam um governo autoritário se resolvesse os problemas econômicos. No Brasil quase metade dos entrevistados apresentaram uma posição “ambivalente” a respeito da democracia (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004, p. 28). Latinobarômetro é uma organização sem fins lucrativos que realiza estudos em países da América Latina. Sua sede é em Santiago. Confira [www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org)

e, por sua vez, somando-se os itens quatro e cinco para a opção “daqui a 10 anos”, o resultado é 45,5% dos entrevistados com uma perspectiva de melhora.

A adesão aos princípios democráticos está se tornando um fenômeno universal. Todavia, quando se trata das instituições que estão na base de sustentação do regime, a atitude mais comum é a de desconfiança. Moisés (2010) observa uma diferença de comportamento entre os cidadãos das democracias consolidadas e os das novas democracias. No primeiro caso, a crítica é dirigida para a adoção de novas formas de participação e mesmo para a reforma do sistema representativo. Nas novas democracias, como no caso do Brasil, a desconfiança manifesta em relação a partidos políticos, parlamentos, judiciário fica associada a sentimentos negativos sobre a política e a baixos níveis de participação.

Ao ser perguntado quantos políticos estavam envolvidos em corrupção no Brasil, as respostas concentraram-se em muitos (31%), quase todos (48,8%), todos (13,5%), e “poucos e “alguns” receberam apenas 6,4% das opções.

Em seguida, solicitou-se aos entrevistados que apontassem as instituições ou grupos que melhor defendem seus interesses em primeiro e segundo lugares. Mesclamos grupos e instituições ligadas ao sistema político diretamente e aquelas mais representativas nas organizações da sociedade civil como religiosas e ONGs. As instituições que receberam maior número de indicações foram, pela ordem, as igrejas e cultos religiosos, as ONGs, os sindicatos e associações profissionais e Ministério Público.

**Tabela 10 – Instituições ou grupos que melhor defendem interesses**

<b>Instituições/grupos</b>	<b>% PRIMEIRA</b>	<b>% SEGUNDA</b>
1. Políticos	5,5	6,4
2. Partidos	0,3	4,7
3. Juízes	7,4	8,4
4. Sindicatos e associações profissionais	17	15,1
5. Igrejas ou cultos religiosos	36,7	15,8
6. Organizações não-governamentais	10,1	12,8
7. Ministério público	14,8	15,5
8. Outras	4,7	4,0
<b>Total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles, 2010.

O comportamento daqueles que ocupam cargos públicos no Brasil está distante de um padrão baseado na defesa dos interesses públicos e de respeito ao eleitorado. As denúncias recorrentes de envolvimento, principalmente de membros do legislativo, em atividades ilícitas têm feito sensação entre os órgãos de imprensa. Mesmo que se apure mais e o controle seja maior, a sensação passada ao cidadão comum é exatamente aquela expressa nos dados acima. O parlamento, principalmente, está deixando de ser o lugar dos grandes debates nacionais e o comportamento do eleitorado em relação ao legislativo tem sido o de valorizar pouco o seu voto.

## QUANDO O SOCIAL SE TORNA POLÍTICO

Avaliar em que medida valores presentes na sociedade definem o comportamento político e impactam em momentos eleitorais tem sido um desafio para os pesquisadores. Entende-se que não há uma relação de causa e efeito imediata, pois ocorrem mediações diversas até o desenho final do resultado das urnas. Urbinati (2006) argumenta que, nas sociedades contemporâneas, os cidadãos estão expostos às múltiplas fontes de informação e influências por meio da mídia, movimentos sociais e partidos políticos que dão o tom em uma sociedade democrática, o que torna *o social em político*. Na pesquisa se elencam temas polêmicos em discussão na sociedade contemporânea, que dividem opiniões. Questões de foro íntimo, como união de pessoas do mesmo sexo, descriminalização da maconha e do aborto, por exemplo. Entretanto, após o término da coleta de dados, surpreendeu a presença de vários dos temas escolhidos na ordem do dia da discussão pré-eleitoral e que ganharam a cena política, perpassadas por dose de religiosidade. Os meios de comunicação, com notável reforço da internet, começaram a tentar extrair da candidata de situação à presidência sua opinião pessoal acerca da descriminalização do aborto, principalmente, e da união entre pessoas de mesmo sexo. Em um país em que vigoram as regras da democracia, a opinião pessoal de um governante sobre determinado tema não tem força de lei. Um mínimo de consenso deverá ser atingido antes de assuntos controversos assumirem força de lei.

Estão em disputa na sociedade duas concepções em torno do tema aborto. O estado brasileiro vem tratando o assunto da perspectiva da saúde pública, e de outro, tem-se a abordagem religiosa, que aponta enfaticamente que o aborto é crime em quaisquer condições. Em abril de 2005, no 2.º Relatório do Brasil sobre

o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, o governo comprometeu-se a legalizar o aborto e, no mesmo ano, em agosto, entregou ao Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) documento no qual reconhece o aborto como Direito Humano da Mulher.

Em setembro de 2005, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o atual governo apresentou ao Congresso um substitutivo do Projeto de Lei 1.135/91, como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, com a eliminação de todos os artigos do Código Penal que o criminalizam. Assim, o aborto deixaria de ser crime<sup>7</sup>.

É um dado de saúde pública que os abortos realizados em condições de insegurança causam a morte de milhares de mulheres, e as mais penalizadas são aquelas sem condições financeiras de recorrer às clínicas especializadas que agem na clandestinidade. Segundo dados divulgados pelo Instituto Guttmacher (2011), mais de 70 mil mulheres morrem ao ano. A maioria acontece nos países cuja legislação neste âmbito é mais restritiva, Brasil incluso.

As igrejas, em especial a católica, tem histórico pró-ativo em lutas contra a legalização/descriminalização do aborto. Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (1986), foi apresentada emenda n.78 contra o aborto, que recebeu a chancela, inclusive, de Dom Paulo Evaristo Arns – Cardeal Arcebispo de São Paulo. Em conjunto com duas igrejas Seicho-no-ie angariaram pouco mais de 35 mil assinaturas a favor da emenda, em São Paulo. Em outra ocasião, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB – encabeçou, em conjunto com a Cáritas Brasileira e a Associação Católica do Brasil, uma emenda contrária ao aborto e as entidades conseguiram coletar 500 mil assinaturas (DOIMO, 2004).

A pesquisa abaixo foi realizada anteriormente ao início dos debates pré-eleitorais, mas contribuem para lançar luzes quanto à percepção de valores do eleitorado.

---

<sup>7</sup> O substitutivo do PL 1.135/91 foi de autoria da Deputada Federal Jandira Feghali (PC do B) e pretende revogar os artigos 124, 126, 127 e 128 do Código Penal Brasileiro, de 1940. O artigo 128 do Código Penal Brasileiro permite a prática do aborto realizada por médicos em dois casos: se não há outro meio de salvar a vida da gestante (aborto terapêutico), ou se a gravidez resulta de estupro e há consentimento da gestante.

**Tabela 11 - Nível de concordância em relação às questões polêmicas em discussão na sociedade(I)**

Participação (%)	Legalização da união de pessoas do mesmo sexo	Legalização da maconha	Legalização do aborto
1. Concorda totalmente	23,6	9,1	4,7
2. Concorda em parte	7,1	7,1	11,8
3. Nem concorda nem discorda	14,5	3,0	1,4
4. Discorda em parte	3,0	3,7	9,1
5. Discorda totalmente	49,8	76,4	71,0
6. Não respondeu	2,0	0,7	2,0
<b>Total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010

A cultura religiosa deu a tônica à maioria das respostas dos entrevistados. Evocaram Deus para justificar as respostas sobre a instituição da pena de morte e a legalização do aborto. Os entrevistadores registraram inúmeras reações que podem ser sintetizadas na frase “Deus deu a vida e só Ele pode tirar”. Os dados dispostos na Tabela 11 indicam que os entrevistados, na maioria absoluta, discordam da legalização do aborto e da legalização do uso da maconha (71,0% e 76,4%, respectivamente). Quanto à união de pessoas de mesmo sexo, percebeu-se uma ligeira diversificação de opiniões e, conseqüentemente, uma maior tolerância ao tema: 23,6% concordam totalmente, 7,1% concordam em parte, 14,5% não têm opinião formada e 49,8% discordam totalmente.

**Tabela 12 - Nível de concordância em relação às questões polêmicas em discussão na sociedade (II)**

Participação %	Instituição da pena de morte	Diminuição da maioria penal	Cotas para segmentos na universidade
1. Concorda totalmente	22,2	63,3	42,8
2. Concorda em parte	19,9	10,1	15,1
3. Nem concorda nem discorda	3,7	4,7	4,7
4. Discorda em parte	9,1	17,5	32,7
5. Discorda totalmente	44,8	1,0	1,4
6. não respondeu	0,3	3,4	3,4
<b>Total geral</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Pesquisa com eleitores da RMM – Observatório das Metrópoles 2010.

As duas questões seguintes – instituição da pena de morte, diminuição da maioridade penal -- surgem à tona recorrentemente em virtude do aumento de índices de violência na sociedade. As pessoas e parte da imprensa sensacionalista passam a pregar a necessidade da pena de morte para bandidos e a postura tende a ser resumida no bordão “bandido tem que morrer”. No outro caso, atribuem a culpa ao Estatuto da Criança do Adolescente (ECA), ao qual imputam a responsabilidade pela não punição ou punição branda demais a jovens que praticam violência. No caso, há também em circulação um bordão que as pessoas utilizam para resumir seu pensamento, que foi mencionado inúmeras vezes durante as entrevistas: “se tem idade para saber matar (e/ou roubar) tem idade para ir para a cadeia”. Finalmente, o debate em torno das cotas sociais apresentou o maior nível de concordância, sendo que 42,8% concordam totalmente, 15,1%, em parte e 32,7% discordam em parte.

Procurou-se mensurar o nível de tolerância dos entrevistados em relação a opiniões divergentes das suas a partir das seguintes questões apresentadas: 1) podem ser a favor dessa idéia, desde que não tentem convencer os demais; 2) devem simplesmente seguir o que pensa a maioria; e 3) podem tentar convencer as pessoas dessa ideia.

Conforme os dados da Tabela 12, o item cotas nas Universidades ficou com uma distribuição equilibrada entre pessoas a favor e contra<sup>8</sup>. Optou-se por suprimir esta questão e fazer a média das cinco restantes. A indagação um indica a compreensão que os defensores de determinada causa não podem publicizar sua opção e recebeu 50,8%. A indagação dois também aponta para a desautorização de o indivíduo tratar da temática e recebeu 9,3% das respostas. Finalmente, a indagação três corresponde a um nível de tolerância desejável em uma sociedade livre e democrática e recebeu apenas 29,9% das respostas.

A intenção foi averiguar o índice de tolerância para com o outro. A questão de fundo que estimulou tal propositura corresponde a um dos princípios que permite a sobrevivência de uma democracia pluralista no sentido apontado por Mouffe (1996, p. 15): “lutamos contra suas ideias, mas não poremos em causa o seu direito de defendê-los”. A pouca tolerância em relação a pessoas que defendem temas polêmicos foi tendência principal das respostas: 50,8% na média responderam que as pessoas “podem ser a favor, desde que não tentem convencer

---

<sup>8</sup> 40,7% para “podem ser a favor dessa ideia, desde que não tentem convencer os demais”, e 42,8% para “podem tentar convencer as pessoas dessa ideia”.

as demais”. Já a resposta “podem tentar (têm o direito de) convencer as pessoas dessa ideia” recebeu em média 29,9% das respostas. A conclusão, levando em conta não só as respostas, mas também o comportamento dos entrevistados é a dificuldade em aceitar opiniões diversas da sua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na dinâmica urbana ocorridas nas últimas décadas, somadas ao caminhar democrático, impactam na vida dos cidadãos de forma a transformar seus valores e percepção de mundo. A pesquisa em tela apontou mudanças e permanências. Conforme Meneguello observou, “são combinações incompletas que (possivelmente) traduzem as condições de surgimento de versões específicas de cidadãos críticos, observadas como tendência crescente em democracias consolidadas” (MENEGUELLO, 2010, p. 124).

Foi apresentado ao leitor um amplo panorama da percepção dos eleitores das cidades que compõem a chamada mancha urbana da RMM. As entrevistas foram realizadas com a população eleitora, e a amostragem aleatória simples resultou em um número maior de mulheres entrevistadas. Altos índices de religiosidade e baixa escolaridade também compõem o perfil dos entrevistados. São escassos os estudos que dão visibilidade pública às manifestações a partir do universo religioso. As ciências sociais e, particularmente a ciência política, sempre se interessaram pelo impacto que a religiosidade causou na estruturação dos movimentos sociais, incluindo aí todos os estudos produzidos com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, no final da década de 1970 (DOIMO, 2004). No caso em questão se percebem posições assumidas diante da vida pública, pela população entrevistada, baseada em valores transmitidos por vínculo religioso, mas pouco atrelados às práticas associativas.

Nos itens que correspondem à Nova Cultura Política (uso da internet e da mídia, boicote de produtos por razões políticas) há uma tendência de adoção futura destas práticas.

Quando a pesquisa tratou da percepção em relação à democracia, um sinal inequívoco de confiança no caminhar democrático foi manifestado quando se comparou a democracia no passado e quais eram as perspectivas de futuro. A maioria identificou uma melhora nos últimos dez anos, sendo que 45,5% escolheram os níveis quatro e cinco (correspondentes a bom e muito bom) e 20,9% o nível intermediário três.

Quando indagados se têm algo a dizer sobre o que o governo faz, os entrevistados demonstraram dispor de um nível de crítica e de acompanhamento, mas consideraram também que não há receptividade por parte dos governantes, já que a maioria escolheu a opção “os governantes não levam em consideração aquilo que pessoas como eu pensam”.

Cruzando a afirmação acima com a temática da confiança nas instituições e posições que são fundamentais para o bom funcionamento de um regime democrático, o resultado é a alta desconfiança em relação a políticos, partidos e juízes. A apresentação aos entrevistados de temas polêmicos em discussão na sociedade teve por objetivo mensurar o nível de tolerância para com aqueles que pensam diferente. Quando foi realizada a pesquisa, a campanha visando às eleições de 2010 não havia começado. Alguns destes temas, principalmente a legalização do aborto afloraram e ficou patente que determinadas concepções com forte viés religioso têm condições de pautar eleições e influenciar no resultado final das urnas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sergio de; SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos; RIBEIRO, Luis. C. de Q. Mudanças e permanências na cultura política das metrópoles. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 691-733, 2009.

CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Felipe Carreira. *O “efeito metrópole” sobre o exercício da cidadania política*. 2006. mimeo.

CLARK, Terry; HOFFMAN-MARTINOT, Vincent. *The new political culture*. Boulder, Colo: Westview Press, 1998.

DOIMO, Ana Maria. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo. In AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 123-196.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

GUTTIMACHER INSTITUT. Long-term decline in U.S. abortions has stalled; provider harassment has increased. Disponível em: <[www.guttimacherinstitut.org/sections/abortion.php](http://www.guttimacherinstitut.org/sections/abortion.php)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1997.

INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1998.

KRISCHKE, Paulo. *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

MENEGUELLO, Raquel. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, José. A. (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010. p. 123-148.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: MOISÉS, José. A. (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010. p. 77-122.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Desigualdades Socioespaciais, Cidadania e Governança Urbana – A Região Metropolitana de Maringá. Universidade Estadual de Maringá, Relatório de Pesquisa, 2010

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório a democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos*. São Paulo: LM&X, 2004.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.

\_\_\_\_\_. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RESENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. *O estado de uma nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

SANTOS, André Marengo dos. Democracia e valores cívicos: uma relação necessária? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 69, p. 145-160, jul. 2004.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 191-228, 2006.